

Policiais civis param de trabalhar

ANÁLISE
DA NOTÍCIA

ESCOLHA ERRADA

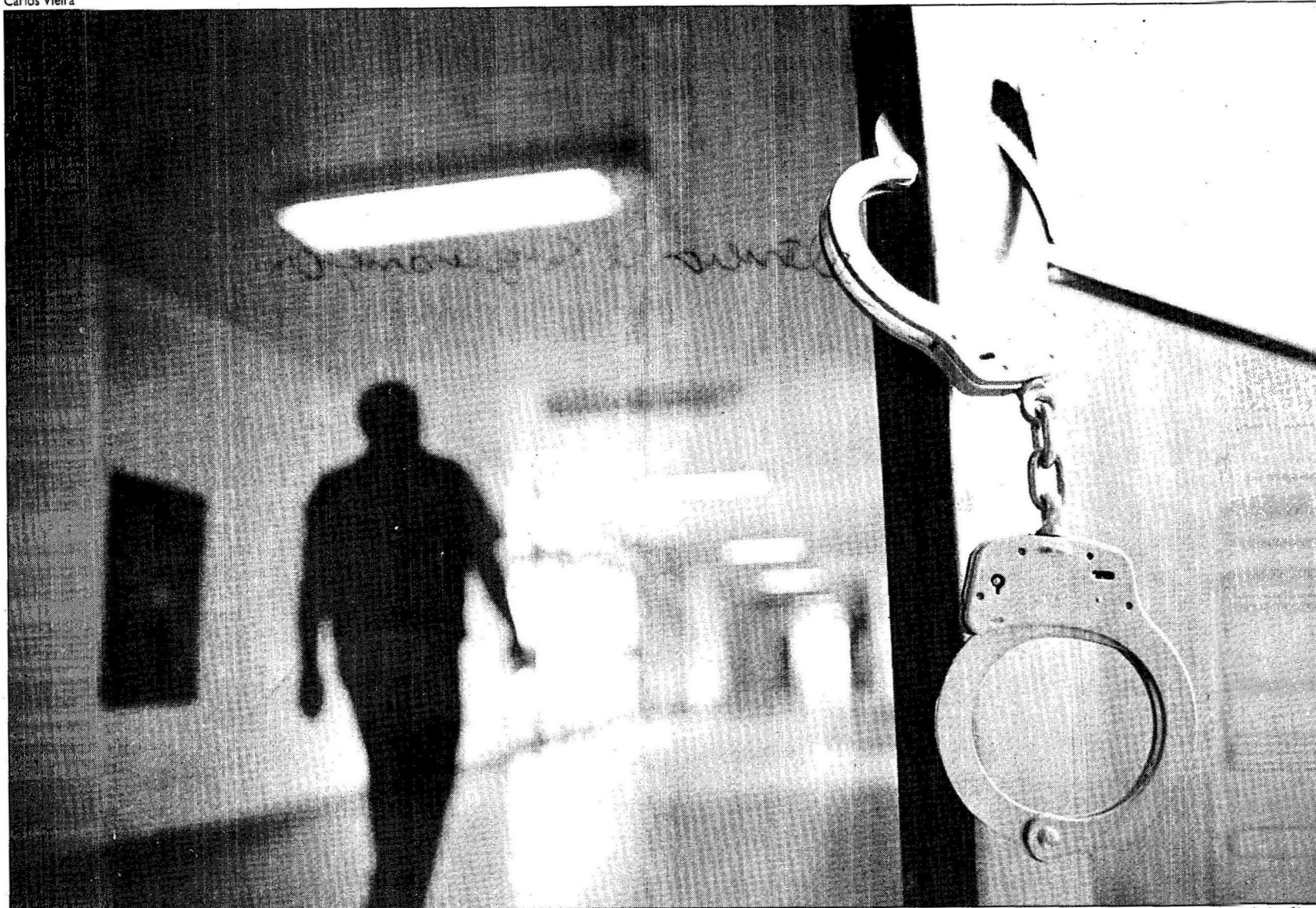
Os policiais escolheram o momento certo para pressionar o governo a atender reivindicações que se arrastam sem resposta há dois anos. Mas escolheram o governo errado. A principal reivindicação da categoria — o pagamento da Gratificação por Operações Especiais (GOE) — depende de dinheiro do governo federal. Depende ainda de mudanças na lei que regulamenta a carreira de agentes e delegados.

Até o início do governo Cristovam, este adicional era pago com recursos próprios do GDF, por vontade política do governador. Nem Cristovam Buarque nem o ex-governador Joaquim Roriz tinham obrigação legal de pagá-lo. Mas Roriz pagava e Cristovam, na campanha eleitoral de 1994, prometeu seguir a tradição. Como o cofre do governo secou, Cristovam não cumpriu o empenho e sentiu na pele as consequências de oferecer e depois tirar. Perdeu o apoio dos policiais civis e o Sinpol caiu nas mãos de uma diretoria eleita com o apoio do deputado distrital Luiz Estevão (PMDB).

É verdade que o salário real de um agente de polícia, nos últimos três anos, caiu para menos da metade do que ganha um agente da Polícia Federal. Mas a principal batalha os agentes perderam no Congresso, em 1996. O lobby dos delegados e o dos policiais federais foi mais forte que o deles. Os delegados conseguiram ser considerados uma carreira à parte, deixando de estar atrelados salarialmente aos agentes. Os federais garantiram para si o pagamento de gratificações negadas aos civis. Restou pressionar o GDF em um momento de crise.

Deise Leobet
Da equipe do **Correio**

Carlos Vieira



Policiais civis só vão atender a crimes hediondos e admitem que o clima não é propício para uma greve, mas acreditam que não há outra forma de reivindicar

A pesar da onda de violência que se abateu sobre o Distrito Federal, desde ontem os 3,9 mil policiais civis estão em greve por tempo indeterminado. A paralisação começou exatamente ao meio-dia, logo após a assembléia da categoria realizada em frente ao Palácio do Buriti.

Por aclamação, os 600 policiais presentes, segundo a Polícia Militar, e mil, de acordo com os organizadores, decidiram pela greve imediata. A assembléia começou por volta das 9h e foi marcada por discursos, palavras de ordem, vaias e críticas ao governo de Cristovam Buarque (PT).

O estopim da paralisação foi o desconto de 12% de contribuição previdenciária na folha de fevereiro dos policiais, que desde setembro do ano passado haviam conseguido na Justiça reduzir o valor para 6%.

Na segunda-feira à noite, cerca de 12 horas antes do início da assembléia, o governo chegou a reconhecer o erro e se comprometeu a voltar a descontar apenas 6% já no contracheque de março, além de pagar a diferença do mês de fevereiro em folha complementar. Mas durante a assembléia a base dos trabalhadores rejeitou a proposta do governo, que foi defendida pela direção do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol).

O valor do desconto da contribuição previdenciária é apenas um dos oito itens da pauta de reivindicações da categoria, que inclui também, o retorno do pagamento da Gratificação por Operações Especiais (GOE), suspenso por medida provisória em 1989, e que garantia aos policiais civis uma equiparação salarial com a Polícia Federal.

Os grevistas não pretendem retornar ao trabalho até o próximo dia 24, quando está marcada nova assembléia.

PLANTÕES

Desde o meio-dia de ontem, somente os serviços essenciais da polícia estão sendo mantidos. Cumprindo a determinação da lei de greve, 30% do efetivo continua de plantão para garantir o atendimento de crimes hediondos (latrocínio, seqüestro, estupro e homicídios), o serviço de carceragem dos presídios e delegacias e o recolhimento de cadáveres pelo Instituto Médico Legal.

A emissão de carteiras de identidades, perícias, investigações e visitas aos presidiários foram suspensas. Os carros da polícia foram recolhidos e a comunicação por rádio interrompida.

O plantão para o atendimento de ocorrências menores, como assaltos, roubos e acidentes sem vítimas fatais, também não está funcionando.

“Por causa do problema da criminalidade, realmente o momento não é propício para uma greve”, admitiu o presidente do Sinpol, Hugo de Souza Silva.

“Mas o governo decidiu aumentar o valor do desconto do INSS apostando que a polícia não pararia por causa da situação crítica da segurança”.

Eles alegaram ainda que os policiais civis vêm trabalhando acima da jornada de trabalho prevista na lei sem receber hora extra, adicional noturno e ticket de alimentação.

“Queremos os nossos direitos já”, disse o presidente do Sinpol. “Se

eles conseguiram fazer um mutirão para mudar o desconto do INSS de um dia para outro, eles que chamem todo mundo de novo para devolver a diferença”. Ele informou que o movimento recebeu apoio dos deputados distritais Luiz Estevão (PMDB) e Renato Rainha (PL). Este último participou da assembléia ontem. O articulador do governo, o secretário-adjunto da Secretaria de Administração, Márcio Baiocchi, reconheceu que as reivindicações dos policiais são justas, mas acusou o movimento de ser político-partidário.

“A greve só existe por causa do momento que estamos vivendo”, afirmou Baiocchi. “Ninguém, em sua consciência, decide fazer uma greve depois que o governo se compromete a atender todas as reivindicações”.

Com um salário médio de R\$ 2,8 mil, os policiais-civis são a categoria mais bem paga entre todos os servidores do governo, informou o

secretário.

Cerca de 64% dos policiais recebe uma remuneração mensal entre R\$ 1,6 mil (piso da categoria) e R\$ 3 mil. O total da folha dos 5,6 mil policiais civis ativos e inativos totaliza R\$ 15 milhões, valor que é repassado mensalmente pela União ao governo do Distrito Federal.

Na tentativa de impedir a greve, o governo chegou a se comprometer em negociar com a União para conseguir o retorno da Gratificação de Operações Especiais.

Quanto à questão das horas extras, o secretário informou que elas estão proibidas para todos os servidores, exceto com autorização especial, desde a publicação de um decreto pelo governo do Distrito Federal, em 1996.

Mesmo assim, ele solicitou ao diretor-geral da Polícia Civil, Teodoro Rodrigues, que participou da reunião na segunda-feira, que elaborasse uma minuta do número de horas extras feitas pelos policiais.

“Mas depois da greve, tudo isso não está mais valendo”, disse Baiocchi.

ÁGUA POTÁVEL

Além da questão salarial, os grevistas também reclamam das precárias condições de trabalho. Segundo o chefe de plantão da 9ª Delegacia de Polícia, Delar Stecanella, 39 anos, a equipe dele trabalha apenas com um carro.

Quando há problemas mecânicos, ele chega a usar a sua própria Parati, ano 1989, para garantir as rondas. Há 16 anos na corporação, Stecanella tem um rendimento bruto de R\$ 2.058,00. Líquido, ele recebe R\$ 1.049,00.

Muitos trabalham sem coletes à prova de bala e com armamento obsoleto, pois a arma oficial da Polícia Civil continua sendo o revólver calibre 38. “Nem água potável tem nas delegacias”, disse o presidente do Sinpol, completando que vários policiais constantemente são vítimas de perseguições administrativas por parte de superiores.